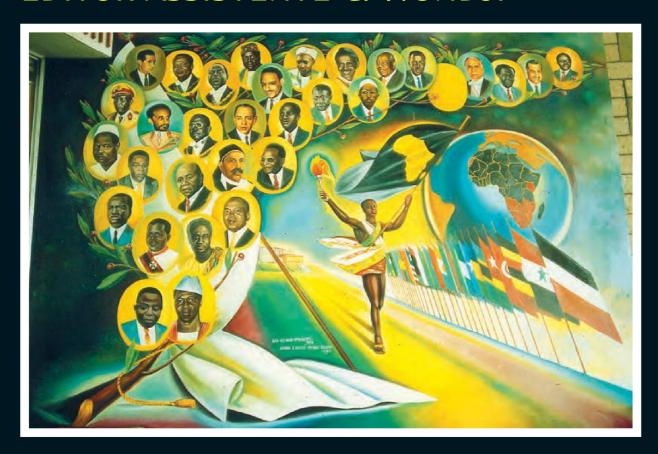
HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA · VIII

África desde 1935

EDITOR ALI A. MAZRUI

EDITOR ASSISTENTE C. WONDJI



UNESCO Representação no BRASIL Ministério da Educação do BRASIL Universidade Federal de São Carlos Esta versão em português é fruto de uma parceria entre a Representação da UNESCO no Brasil, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil (Secad/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Título original: *General History of Africa, VIII*: Africa since 1935. Paris: UNESCO; Berkley, CA: University of California Press; London: Heinemann Educational Publishers Ltd., 1993. (Primeira edição publicada em inglês).

© UNESCO 2010

Coordenação geral da edição e atualização: Valter Roberto Silvério

Tradutores: Luís Hernan de Almeida Prado Mendoza

Revisão técnica: Kabengele Munanga

Preparação de texto: Eduardo Roque dos Reis Falcão

Projeto gráfico e diagramação: Marcia Marques / Casa de Ideias; Edson Fogaça e Paulo Selveira /

UNESCO no Brasil

História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília : UNESCO, 2010. 1272 p.

ISBN: 978-85-7652-130-3

- 1. História 2. História contemporânea 3. História africana 4. Culturas africanas 5. África I. Mazrui, Ali A. II. Wondji, Christophe III. UNESCO IV. Brasil. Ministério da Educação
- V. Universidade Federal de São Carlos

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) Representação no Brasil

SAUS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar

70070-912 - Brasília - DF - Brasil

Tel.: (55 61) 2106-3500 Fax: (55 61) 3322-4261 Site: www.unesco.org/brasilia

E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br

Ministério da Educação (MEC)

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC)

Esplanada dos Ministérios, Bl. L, 2º andar

70047-900 – Brasília – DF – Brasil

Tel.: (55 61) 2022-9217 Fax: (55 61) 2022-9020

Site: http://portal.mec.gov.br/index.html

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Rodovia Washington Luis, Km 233 - SP 310

Bairro Monjolinho

13565-905 – São Carlos – SP – Brasil Tel.: (55 16) 3351-8111 (PABX)

Fax: (55 16) 3361-2081

Site: http://www2.ufscar.br/home/index.php

Impresso no Brasil

CAPÍTULO 30

O horizonte 2000

Ali. A. Mazrui

Os autores deste volume tentaram definir, período por período, as características da história africana após 1935. O decênio 1935-1945, iniciado com a invasão da Etiópia pelos italianos, em outubro de 1935, e concluído com a rendição do Japão, no mês de agosto de 1945, estes anos foram integralmente dominados pelo conflito mundial. Os quinze anos transcorridos de 1945 a 1960 apresentaram, como demonstramos, a intensificação da luta anticolonial cujo desdobramento foi a independência de dezesseis países africanos, ao longo de um único ano, em 1960. O período seguinte à independência foi marcado pelos esforços dos novos Estados no sentido de reforçarem a sua liberdade, através da construção das novas nações, da institucionalização da nova ordem e da luta em prol do seu desenvolvimento. Vamos retomar, sucessiva e individualmente, cada um destes temas.

Um mundo a fogo e sangue

Se, em 1935, a Itália apresentava-se como herdeira de um dos mais antigos impérios da Europa (o Império Romano), a Etiópia, por sua vez, representava uma das mais antigas civilizações da África. O conflito, a opor estas duas nações durante os anos 1930, pôde simbolicamente assemelhar-se a um enfrentamento entre a Antiguidade europeia e a Antiguidade africana.

Entretanto, a invasão da Etiópia pelos italianos evidentemente comportava outra dimensão, mais sórdida. O imperialismo europeu, em sua forma moderna, voltava-se novamente para a África contemporânea. A Etiópia, por tanto tempo confinada em um esplêndido isolamento, oásis de soberania em um continente colonizado, encontrava-se finalmente vulnerável à sede da conquista europeia.

Os autores deste volume analisaram os efeitos da Segunda Guerra Mundial sobre a África, perenes e extremamente contrastantes, pois que o conflito facilitou, por exemplo, a luta pela libertação do continente, mas, igualmente, conduziu a uma mais estreita integração africana ao sistema capitalista ocidental¹. Dois meses após ter declarado guerra à Alemanha, o governo britânico anunciava estar preparado para comprar toda a produção de cacau da África Ocidental. Sob o impulso da guerra, a exploração das economias africanas, com vistas a satisfazer os hábitos europeus de consumo, entrara em uma nova fase.

Porém, a Segunda Guerra Mundial não simplesmente inflectiu sobre o destino da África; ela igual e profundamente modificou o futuro da própria Europa, a qual, ao final do conflito, encontrava-se dividida em um campo comunista e outro campo capitalista. Esta divisão da Europa era simbolizada pela divisão de Berlim, a própria capital onde se havia organizado a partilha da África, aproximadamente 60 anos antes. Por ironia da história, a vingar o continente áfrico, em 1885, a cidade de onde partira a corrida pela conquista da África era, após 1945, ela própria vítima da partilha da Europa. Tal qual o fracionamento da África, a divisão da Europa, nascida da Segunda Guerra Mundial, parecia irreversível, malgrado as ideias visionárias expressas por Mikhaïl Gorbatchev, nos anos 1980. Desta vez, os ancestrais dos africanos haviam triunfado, a sua vingança sagrada se havia consumado, embora dois continentes estivessem divididos, infelizes e arrasados.

Sobretudo, não se deve esquecer o papel desempenhado pela África na Segunda Guerra Mundial, conflito precedente a estes acontecimentos e vetor da mudança no aspecto do continente, assim como no perfil da Europa. Os ugandenses, por exemplo, estiveram em número de 55.000 a servir nos King's African Rifles. Boa parte dos 87.000 tanganyikenses, mobilizados ao longo da guerra, combateram o governo de Vichy e ajudaram de Gaulle, participando da reconquista de Madagascar, em 1942. Numerosos soldados africanos tomaram parte na guerra contra os japoneses na Birmânia. Desde 1939, o Regimento da Nigéria mobilizara 15 batalhões. Milhares de soldados norte-africanos deram

Para outras análises, conferir igualmente R. OLIVER e M. CROWDER (org.), 1981; P. DUIGNAN e L. H. GANN (org.), 1973 e 1975; G. S. P. FREEMAN-GRENVILLE, 1973.

as suas vidas nos incertos combates, os quais, durante vários anos, no norte do Saara, opuseram Rommel a Montgomery, Eisenhower e a outros ilustres homens da guerra.

A agressão italiana contra a Etiópia constituiu o mais dramático episódio da guerra para os africanos. A Itália, desde há pouco, pretensa a tornar-se herdeira da Roma Antiga, foi um dos primeiros países derrotados. A resistência etíope não se havia deixado abafar; em Addis-Abeba, por exemplo, ela organizou um ataque a granadas, contra o vice-rei nomeado pelo governo italiano, além de ter executado um atentado com gases tóxicos, contra o *abuna* Abraham, por ocasião da tentativa do empossamento deste último à frente da Igreja etíope, ação que lhe custaria a visão.

A resistência etíope reduziu à impotência 56 batalhões italianos. No dia 20 de janeiro de 1941, o imperador Haïlé Sélassié, refugiado no Sudão, atravessou a pé a fronteira etíope. Em 7 de março de 1941, as tropas metropolitanas e coloniais britânicas penetraram maciçamente na Etiópia, com o aval do imperador. Os britânicos, apoiados por soldados africanos, tomaram Addis-Abeba, em abril de 1941. Ao final do mês de janeiro de 1942, o imperador dirigia novamente o país.

O combate titânico, entre o herdeiro de César e o herdeiro da rainha de Saba, terminou, portanto, de forma vergonhosa para o novo Imperador, cujas pretensões de conquista desabavam. O mundo tornara-se mais complexo. A rivalidade entre as potências europeias, assim como o enfrentamento dos imperialismos, haviam atuado em favor do descendente sitiado da rainha de Saba. O herdeiro de César encontrou-se isolado frente a estes antigos sujeitos; em 18 de abril de 1945, Benito Mussolini foi executado por outros europeus. "Eis como desabam os potentes!"

O combate contra o colonialismo

O segundo período estudado neste volume, entre 1945 e 1960, caracterizouse pela intensificação do combate nacionalista contra o colonialismo. Este
combate desdobrou-se em três grandes cenários. Primeiramente e no interior
de cada colônia, foi necessário mobilizar as massas oprimidas contra o racismo
e a dominação estrangeira. Em seguida, era preciso travar a luta nos próprios
países colonizadores e assegurar o apoio das forças progressistas nos Estados que
exerciam a sua dominação sobre a África. Tratava-se, neste contexto e em certo
sentido, de dividir o inimigo, semeando a discórdia nas metrópoles. Finalmente,
o combate prosseguia, agora em seu terceiro teatro de operações, na esfera global

da comunidade internacional. Como conquistar a opinião pública mundial, em prol da causa dos combatentes pela descolonização?

A mobilização das massas nas próprias colônias constituía, de um ponto de vista estratégico, a fase mais crítica dentre estas três formas de ação. Antes mesmo da eclosão da Segunda Guerra Mundial, nacionalistas norte-africanos, à imagem de Habib Bourguiba, se haviam dedicado a mobilizar os seus compatriotas. Messali Hādj fundou o Partido do Povo Argelino (PPA), em 1936, e 'Abd al-Khalik Tares fundou, no mesmo ano, o Partido do Islah, no Marrocos espanhol. Foi, igualmente em 1936, que os nacionalistas egípcios finalmente lograram forçar os britânicos a interromperem a sua ocupação militar no Egito, salvo na zona do Canal de Suez; contudo, foi retomada a cruzada contra a última presença militar britânica no país, antes mesmo que estivesse seca a tinta com a qual fora assinado o tratado anglo-egípcio de 1936. Em janeiro de 1944, o Partido Nacionalista de Istiklāl exigiu, pela primeira vez, a independência do Marrocos; Ahmed Balafredj foi preso e sublevações eclodiram em março, nas cidades de Rabat e Fez. Neste mesmo ano, na Argélia, Farhāt 'Abbās fundava o movimento dos Amigos do Manifesto da Liberdade, ao qual tão logo aderiria meio milhão de pessoas.

O despertar do nacionalismo e a mobilização dos colonizados igualmente manifestaram-se, sob formas diversas, em outros países da África. De 1933 até 1946, os franceses levaram ao exílio, em razão do chamado à "sedição", o gabonês Léon Mba. Em Angola, o movimento Tonsi, iniciado em 1940, sob a forma do "culto dos tawa", expressava uma revolta cultural contra os valores estrangeiros. Em setembro de 1946, após quinze anos passados no estrangeiro, Jomo Kenyatta retornava ao Quênia, com o objetivo de organizar a mobilização política dos seus compatriotas.

Em todo o continente, as associações e os partidos políticos muito prontamente multiplicaram-se e, igualmente, foi possível acompanhar: a formação tanto da União das Populações de Camarões (UPC), quanto do Convention People´s Party (CPP), na Costa do Ouro (atual Gana); do Agrupamento Democrático Africano (RDA), no império colonial francês; ou ainda, da Tanganyika African National Union (TANU). A resistência contra a colonização organizava-se com progressiva eficácia, institucionalizando-se sempre mais. A mobilização política das massas colonizadas realmente iniciara-se.

O combate travado na própria África revestia-se de importância primordial, entretanto, era imperativo encontrar aliados no interior dos países colonizadores. Tratava-se, no mínimo, de "dividir o inimigo", opor os franceses aos franceses ou os britânicos aos britânicos. Se o colonialismo "dividira para conquistar", ao

"anticolonialismo" cabia empregar a estratégia "dividir para se libertar". Este imperativo estratégico talvez tenha sido a razão essencial que levara o RDA, em seus primórdios, a estabelecer e consolidar laços com o Partido Comunista Francês.

A política colonial francesa, baseada na associação e na integração políticas, contribuía perfeitamente para a organização de atividades anticoloniais na metrópole. As colônias francesas da Africa estavam de fato representadas no seio das instituições legislativas da metrópole, segundo modalidades sem equivalente no sistema colonial. Em novembro de 1945, Léopold Sédar Senghor e Lamine Gueye (Senegal), Félix Houphouët-Boigny (Costa do Marfim), Apithy Sourou--Migan (Daomé, atual Benin), Fily Dabo Cissoko (Sudão francês, atual Mali) e Yacine Diallo (Guiné) foram eleitos para a Assembleia Constituinte, como representantes da Africa Ocidental francesa. Algumas semanas antes, Camarões elegera os seus primeiros deputados na pessoa do príncipe Alexandre Douala--Manga Bell e do D^I L.-P. Anjoulet. Em contrapartida, seria inconcebível a eleição de Jomo Kenyatta, Obafemi Awolowo ou Nmandi Azikiwe para a Câmara dos Comuns, em Londres. Em razão da impossibilidade da sua representação nas instituições metropolitanas, os patriotas africanos das colônias da Coroa tentaram influenciar a opinião pública britânica, indiretamente e por intermédio de militantes britânicos liberais ou de esquerda. Deputados tais como Fenner Brockway ou Barbara Castle desempenhavam o papel de porta-vozes dos nacionalistas africanos e transmitiam as suas reivindicações à Câmara dos Comuns. Em suplemento, jornais britânicos como o Daily Worker, o New Statesman ou o Manchester Guardian contribuíam para a luta colonial na metrópole.

Os argelinos, por sua vez, puderam obter o acesso às instituições metropolitanas, privilégio progressivamente outorgado às outras possessões. Em março de 1944, prevendo a liberação da França metropolitana, as autoridades francesas, reunidas na capital Argel em torno do general De Gaulle, concederam aos muçulmanos da Argélia uma representação de quinze deputados na Assembleia Nacional, assim como outra, de sete senadores, no Conselho da República. No mês de agosto de 1946, Farhāt 'Abbās, dirigente da União Democrática do Manifesto Argelino, pôde apresentar perante a Assembleia Nacional Constituinte, em Paris, um projeto de federação entre a França e uma futura república argelina. No entanto, cerca de dez anos mais tarde, o próprio Farhāt 'Abbās estaria à frente do governo argelino no exílio, o qual conduziria a luta nacional contra a dominação francesa.

Estas últimas funções de Ferhāt 'Abbās conduzem-nos ao terceiro cenário no qual se desenrolou a luta anticolonial, aquele próprio à comunidade interna-

cional. Na realidade, acompanhou-se à visita deste dirigente, naquele momento transformado em principal porta-voz da Frente de Libertação Nacional, a várias capitais, uma após a outra, com o intuito de defender a causa argelina e conquistar apoio para a sua luta.

Os nacionalistas africanos encontraram na Organização das Nações Unidas uma preciosa aliada e um favorável campo de batalha. Mas, para todo e qualquer país, os Estados vizinhos necessariamente constituem o componente essencial da comunidade internacional. A Argélia necessitava dos outros países da África, a começar por aqueles do Magreb e o Egito. Ela também demonstrou a intenção de ganhar para a causa o restante da África, em especial quando da Conferência dos Povos Africanos, realizada em Accra, no ano 1958.

O continente africano não se contentou em sofrer as influências estrangeiras. Ele igualmente contribuiu para a redefinição dos objetivos de uma reforma no sistema mundial. A nacionalização do Canal de Suez, por Gamal 'Abd al-Nasser, em 1956, constituiu uma dentre as mais importantes iniciativas africanas do século XX. Somente cinco anos antes (em 1951), sob a direção do primeiro-ministro Muhammad Mossadegh, o Irã nacionalizara os seus recursos petrolíferos. Pouco após, o serviço secreto dos Estados Unidos da América do Norte viria a neutralizar Mossadegh, restaurando a autoridade do Xá Muhammad Riza Pahlavi, mais favorável ao Ocidente. Qualquer nova tentativa de um país terceiro-mundista, com vistas a nacionalizar os seus recursos e deles dispor livremente, parecia desde logo fadada ao fracasso.

Entretanto, em julho de 1956, graças a al-Nasser, os países do Terceiro Mundo reencontraram a possibilidade de tomar as iniciativas, com o intuito de controlarem os seus recursos. Desta vez, não se tratava do petróleo, como no caso do Irã de Mossadegh, mas, de um canal egípcio, construído por operários egípcios, ao preço de enormes sacrifícios. As escavações para a abertura do Canal de Suez haviam efetivamente custado a vida de vários milhares de egípcios, um século antes de al-Nasser ter decidido nacionalizá-lo. Contrariamente a Mossadegh, al-Nasser logrou impor a sua corajosa decisão. Desde então, os dirigentes africanos correm progressivamente menos riscos quando planejam nacionalizar ou socializar recursos e riquezas dos seus países.

A nacionalização do Canal de Suez e os seus acontecimentos posteriores foram a ocasião para uma transformação no papel da União Soviética em terras áfricas. A URSS deixou de ser uma ameaça imperialista e tornou-se a aliada dos africanos, em sua luta pela independência. Ela forneceu pilotos ao Egito, para a navegação no Canal de Suez, em virtude da retirada dos profissionais europeus, represália adotada pelas potências imperialistas, contra a nacionalização. Ela

igualmente assumiu o encargo ainda maior de ajudar o Egito na construção da barragem de Assuã, em lugar da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos da América do Norte e do Banco Mundial, os quais se haviam furtado aos compromissos pregressos. Desde então, a URSS aparentava ter abandonado qualquer postura imperialista, no tocante à África, e os fatos mostraram a sua pré-disposição a acorrer o continente africano em seu combate pela liberdade. A crise de Suez e a notável política de al-Nasser representaram um ponto de inflexão histórico. Futuramente, até a internacionalização do combate contra o *apartheid*, a África jamais faria tão eficaz chamado, junto à comunidade internacional.

Tais foram, portanto, os três aspectos da luta contra o colonialismo: primeiramente, os nacionalistas africanos mobilizaram as massas colonizadas; em seguida, eles se infiltraram nos meios imperialistas das metrópoles, com o intuito de "dividir para se libertar"; finalmente, convocaram a comunidade internacional, conquistando-a em favor da sua causa, qualificando prioritariamente os seus vizinhos, arrolados de forma resoluta sob a bandeira do pan-africanismo. Citamos em capítulo precedente o preceito de Kwame Nkrumah: "Procurai primeiramente o reino político e todo o restante vos será dado em suplemento". Agora que entraste neste reino político, *quo vadis* África? Justamente sobre esta questão, uma vez mais, cabe-nos dedicar atenção.

Alguns capítulos precedentes estudaram, mais particularmente, a passagem da luta pela independência para a fase da construção nacional. Outros, dentre estes estudos, examinaram os esforços empreendidos para proporcionar maior coerência cultural às *nações* africanas, bem como para conferir maior legitimidade e autoridade aos *Estados* africanos. Estes esforços fortaleceram a liberdade, asseguraram a integridade territorial, além de terem favorecido o desenvolvimento e o progresso.

Quais seriam os desdobramentos? As duas revoluções cruciais, à espera da África, dirão respeito aos *papéis dos homens e das mulheres*, assim como às *competências científicas*. Estas duas revoluções estão estreitamente ligadas, em respeito a uma dialética sobre a qual faremos considerações de maior precisão.

Profundas transformações nas relações entre os sexos, de fato e desde algum tempo anunciadas, notadamente produziram-se, sob o efeito das interações produzidas entre a cultura africana e outras culturas, durante o período estudado neste volume. O islã e a colonização ocidental proporcionaram, neste domínio, modelos distintos do arquétipo africano. Esta evolução cultural provocou tensões no âmbito familiar e no interior de toda a sociedade africana. Presentemente, analisaremos esta questão, relativa aos papéis sexualmente determinados, no cerne da sociedade africana pós-1935.

A evolução relativa aos papéis dos homens e das mulheres

Na África, após 1935, os papéis e as funções atribuídos aos homens e às mulheres transformaram-se sobremaneira em numerosas culturas tradicionais, acreditava-se que Deus fizera da mulher a guardiã do *fogo*, da *água* e da *terra*, cabendo ao próprio Deus a guarda do quarto elemento do universo, o ar onipresente.

Na qualidade de guardiã do fogo, a mulher devia prover energia à coletividade. Ora, a madeira de aquecimento constitui a principal fonte de energia na África rural. Às mulheres africanas reservara-se, portanto, uma responsabilidade sem medida: elas deviam encontrar lenha e transportar enormes feixes, embora, muito amiúde, fossem os homens quem derrubassem, previamente, as grandes árvores das quais esta lenha era extraída.

Como guardiãs da água, fonte a um só tempo da sobrevida e da limpeza, as mulheres estavam encarregadas de fornecer à família esta indispensável substância. Elas percorriam enormes distâncias para encontrá-la; conquanto, frequentemente, coubesse aos homens a perfuração dos poços.

O papel das mulheres, em respeito à guarda da terra, ligava-se à ideia da *dupla fecundidade*. As mulheres garantiam a *sobrevivência* da geração presente, desempenhando uma atribuição primordial no âmbito da cultura do solo, do qual elas mantinham a fertilidade. Assim como, em sua função materna, em virtude da sua própria fecundidade, a elas se outorgava dar *vida* à geração seguinte. Esta dupla fecundidade constituía um aspecto do triplo papel-guardião, próprio às mulheres africanas, em que pese o seu trabalho estar sempre associado àquele dos homens².

Qual seria a manifestação concreta, pós-1935, desta tradicional concepção concernente ao triplo papel feminino? Diversos elementos da experiência colonial modificaram, de modos distintos, os papéis dos homens e das mulheres no continente africano.

O crescimento da importância funcional feminina constituiu o efeito, na esfera agrícola, da ocupação masculina em trabalhos assalariados. Entretanto, segundo Margaret Jean Hay, autora de uma pesquisa junto às mulheres luo quenianas, esta consequência levou algum tempo antes de se manifestar:

² Devo a Okot p'Bitek, antropólogo e poeta ugandense, as informações sobre os mitos de Uganda setentrional relativos à feminilidade. Nós temos igualmente discutido as semelhanças e diferenças entre as concepções africanas sobre o assunto e as ideias de Empédocles, filósofo grego do século V antes da era cristã. Conferir O. p'BITEK, 1971.

"Em 1930, numerosos homens haviam deixado Kowe, ao menos uma vez, para dirigirem-se ao trabalho além das fronteiras provinciais [...]. A maioria destes homens permaneceria ausente durante quinze anos ou mais [...]. Poder-se-ia pensar que esta crescente expatriação da mão de obra masculina, da província, tenderia a aumentar o peso do trabalho agrícola feminino [...]. Desde 1910, administradores deploravam o fato, segundo o qual, o Nyanza ter--se-ia transformado em reservatório de mão de obra para toda a colônia [...]. Porém, no transcorrer dos anos 1920, as migrações de curta duração eram, em geral, realizadas por jovens celibatários, os quais desempenhavam uma função relativamente secundária na economia local, conquanto ocasionalmente se dedicassem à criação de animais e malgrado à captura destes últimos, por estes homens solteiros, junto ao inimigo em tempo de guerra. Em suplemento, estes trabalhadores migrantes podiam com frequência adequar-se e, de fato, faziam--no, visando coincidir a sua ausência com os períodos de baixa produtividade do ciclo agrícola [...]. Anteriormente a 1930, e por conseguinte, as migrações não privaram a economia local, senão de um pequeno número de trabalhadores, sem modificar sensivelmente a divisão sexual do trabalho³".

Contudo e posteriormente, Margaret Hay mostrou por quais modos a crise dos anos 1930 e a Segunda Guerra Mundial transformaram a situação, os processos migratórios de trabalhadores, assim como a conscrição, extraindo da agricultura uma crescente proporção da sua população laboriosa masculina. Este fenômeno foi ainda acentuado pelo desenvolvimento da indústria mineira (de cuja exploração mineral aurífera iniciara-se, em Kowe, nos idos de 1934):

"A ausência prolongada dos homens exerceu uma influência na divisão sexual do trabalho; às mulheres e crianças jamais ser-lhes-ia requerido ocuparem-se dos trabalhos agrícolas com tamanha intensidade [...]. Os anos 1930 representaram um período transitório no tangente à divisão sexual do trabalho, conferindo-se, muito nitidamente, às mulheres a responsabilidade de carregar o peso da mudança processada nas zonas rurais⁴."

Após 1930, as mulheres tiveram uma função mais importante que outrora, consubstanciadas em "guardiãs da terra". Na África Austral, a ausência dos homens, dedicados ao trabalho nas minas, teve desdobramentos de ainda maior dramaticidade. Ao longo dos anos 1950, algumas comunidades da África do Sul apresentavam uma surpreendente bipartição: elas se dividiam em proletariado

³ M. J. HAY, 1976, pp. 98-99. Para um ponto de vista feminista, conferir também M. R. CUTRUFELLI, 1983.

⁴ M. J. HAY, 1976, p.105.

masculino (trabalhadores fabris) e uma população camponesa, antes e sobretudo, do sexo feminino. A regulamentação e as normas que, na África do Sul, impediam os mineiros de trazerem as suas mulheres para junto de si, agravavam sobremaneira esta tendência à segregação sexual, ao *apartheid sexual*. Muitas mulheres, em Estados limítrofes, encontravam-se mais isoladas que nunca, ao desempenharem o seu triplo papel de guardiãs do fogo, da água e da terra.

As guerras de libertação, travadas na África Austral a partir dos anos 1960, igualmente contribuíram para aumentar a instabilidade familiar e modificar a tradicional divisão do trabalho entre os sexos. Alguns combatentes, isolada e efetivamente, levaram as suas mulheres consigo; à imagem de certos exércitos de libertação, tais como o ZANLA e o ZIPRA (braços armados da Zimbabwe African National Union e da Zimbabwe African People's Union), ou ainda a Frente de Libertação de Moçambique, os quais inclusive comportavam algumas combatentes. No entanto, em seu conjunto, a guerra perturbou a vida familiar e a tradicional repartição das tarefas entre os homens e as mulheres.

Após a sua conquista da independência, alguns Estados limítrofes da África do Sul conheceram guerras contra-revolucionárias, a mais artificial dentre estas guerras pós-coloniais foi aquela desencadeada em Moçambique, pelo pretenso Movimento de Resistência Nacional de Moçambique (MRN).

Estes conflitos igualmente produziram efeitos nas relações entre os sexos. Assim sendo, sem mencionar as perturbações habitualmente produzidas pela guerra no âmbito familiar, as ações do MRN, em meados dos anos 1980, com tamanha intensidade danificaram o complexo infraestrutural de Moçambique que muitos trabalhadores migrantes não mais retornavam ao seu meio familiar entre dois períodos laborais nas minas sul-africanas.

Não há avaliação precisa acerca da possível influência desta situação sobre a ideia de "dupla fecundidade", elaborada a propósito do papel das mulheres africanas. Possivelmente, a ausência prolongada dos maridos tenha provocado uma baixa nas taxas de fecundidade em algumas comunidades de Moçambique. Igualmente é verossímil que o sistema migratório dos trabalhadores, próprio ao conjunto da África Austral, tenha engendrado uma real tendência à poliandria, a mulher, só e após certo tempo, finalmente buscava outro homem que substituísse *de facto* o seu marido ausente⁵.

Se o fenômeno dominante era aquele relativo a uma baixa nas taxas de fecundidade, como consequência da prolongada ausência dos maridos, por deri-

Tais ocorrências seguramente têm lugar em Moçambique, mas não se sabe até que ponto a poliandria de fato se expandiu no conjunto da África Austral.

vação poder-se-ia concluir que o princípio da "dupla fecundidade" produziria a redução das funções sociais ligadas à fecundidade biológica das mulheres e aumentaria a sua participação nas atividades vinculadas à fertilização do solo.

Por outro lado e contrariamente, se o fenômeno mais significativo, em meio às comunidades mineiras da África Austral, era a tendência à efetiva poliandria, seria plausível que toda uma nova rede de relações sociais estivesse em vias de constituir-se nesta região da África⁶.

O surgimento de novas técnicas e a sua incidência nos processos de transformação das funções masculina e feminina, este desenvolvimento técnico está arrolado entre as substanciais mudanças ocorridas na África durante este período, cuja influência fez-se notável nas relações entre os sexos. O uso da enxada conservava às mulheres africanas um posto central na atividade agrícola, entretanto, a mecanização da agricultura tendeu a marginalizá-las. As prerrogativas conferidas aos homens pelas novas e mais avançadas técnicas, ameaçaram o papel feminino de "guardiãs da terra".

A educação ocidental, pela sua própria natureza, produziu durante este período outra ameaça, em respeito ao papel primordial que as mulheres desempenhavam na economia continental áfrica. As africanas ocidentalizadas são seguramente mais móveis, livres e capazes de defenderem os seus interesses, comparativamente às suas irmãs circunscritas à influência da cultura tradicional. Porém, ocupar-se de uma máquina de escrever após ter sido a guardiã do fogo, da água e da terra, esta mutação representa, indubitavelmente, uma forma de marginalização para a mulher da África. A datilografia é menos essencial para a sobrevivência da coletividade que a cultura do solo. As africanas ocidentalizadas da segunda metade do século XX são, por via de regra, mais livres, embora tendencialmente desempenhem um papel menos relevante no seio das economias africanas, comparativamente àquele exercido pelas mulheres ainda inseridas na vida tradicional das regiões rurais.

A internacionalização das economias africanas representou, no curso deste período, uma terceira ameaça ao papel tradicional das mulheres do continente. Quando a atividade econômica africana revestia-se de um caráter mais local, as mulheres exerciam uma função decisiva nestes mercados locais, desempenhando a função de comerciantes. Desde então, a tendência à expansão das atividades econômicas, característica dos períodos colonial e pós-colonial, progressivamente excluiu as mulheres dos centros decisórios da economia internacional. É bem verdade que as nigerianas,

Aqui me refiro às pesquisas e entrevistas realizadas na África Austral, no âmbito de um projeto para os canais de televisão BBC e WETA. Conferir A. A. MAZRUI, 1986.

em particular, recusaram-se a ser completamente marginalizadas, inclusive na esfera do comércio internacional. Contudo, em termos gerais, a imensa maioria dos africanos que realizam atividades comerciais nos mercados internacionais, assumindo cargos nos conselhos administrativos das empresas multinacionais, são homens. Nas reuniões da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), na qual os muçulmanos são majoritários, inibições suplementares surgiram em oposição à presença de qualquer mulher, de modo que até mesmo a Nigéria não lograria estar representada neste fórum por uma delegada.

Em virtude de qual tipo de atividade, a proporção da participação feminina na vida pública africana poderia um dia aumentar? A subordinação das mulheres no plano político não se explica pela diferença das funções econômicas. As africanas participam muito ativamente da vida econômica, ao passo que as sauditas, por exemplo, dela encontram-se excluídas. Conquanto na sociedade africana e, igualmente, na sociedade saudita, as mulheres estejam, no plano político, todas subordinadas aos homens. A diferença das funções econômicas não explica e não constitui a verdadeira causa desta inferioridade política.

O que é universal, não é o papel econômico das mulheres, mas a inexistência do seu papel militar. Em toda a África (como no restante do mundo), as mulheres são mantidas à margem da atividade militar. O acesso feminino ao aparato militar transformará um dia as relações de força políticas entre os sexos. A armada somali iniciou o recrutamento junto às mulheres e a força aérea argelina também recruta, desde algum tempo, pilotos do sexo feminino. Nestes dois países muçulmanos do continente áfrico, as mulheres começam a receber a atribuição de algumas funções militares. Entretanto, falta ultrapassar o estádio das medidas simbólicas. Neste continente, marcado por golpes de Estado, quiçá virá o dia no qual um comunicado anunciando um *putsch*, na África Ocidental, será assim redigido: "Em Lagos, um golpe militar de Estado conduziu ao poder o general de brigada *Louise* Adebiyi⁷."

O pan-africanismo ou a confederação dos sexos

O pan-africanismo é tradicionalmente considerado como um conjunto de relações unindo os africanos além das suas fronteiras territoriais. Contudo, é-nos imperioso conferir-lhe uma definição de maior amplitude: o pan-africanismo compreende, outrossim, as relações estabelecidas entre os indivíduos áfricos, de parte a outra da fronteira sexual. Não basta transcender as divisões nacionais e o recorte herdado do colonialismo. Falta derrubar uma barreira política a separar

⁷ Expomos esta questão, de modo análogo, em A. A. MAZRUI, 1990.

os africanos desde bem maior lapso de tempo: aquela que separa os homens e as mulheres na vida pública.

Nkrumah definia o pan-africanismo como a aceitação de uma partilha do poder no quadro de uma federação territorial. Contudo, seria ainda mais necessário dividir o poder no quadro de uma *confederação dos sexos*.

A África tradicional, antes da colonização europeia, oferece magníficos exemplos de partilha do poder entre os sexos. As épocas de Hatshepsout, no Egito (século XV antes da era cristã), de Nzinga, em Angola (aproximadamente 1581-1663), de Yaaz Asantewa no país ashanti (1830-1921) e de Nehanda, no Zimbábue (por volta de 1863-1898), ilustram esta particular concepção do pan-africanismo, na qualidade de divisão do poder entre os homens e as mulheres. Algumas destas épocas foram estudadas nos volumes precedentes desta *História Geral da África*.

A colonização da África, teria ela reforçado ou enfraquecido esta tradição de partilha do poder entre os sexos? Nós indicamos os seus variados efeitos no que tange às relações entre homens e mulheres. A dominação colonial e a introdução da cultura ocidental marginalizaram as mulheres em certos domínios, conferindo-lhes posto de maior relevância em outras esferas de atividade. O pan-africanismo, como modelo de relacionamento entre os sexos, a um só tempo, padeceu com a ocidentalização da África e tirou proveito deste processo.

Em virtude da maior integração da África ao sistema mundial, após 1935, o mundo exterior passou a influenciar, como jamais outrora dantes visto em tamanha profundidade, a vida cotidiana dos africanos e africanas. Como derivação, resulta certo número de contradições sociais. Em respeito aos papéis femininos, a internacionalização da África, simultaneamente, reduziu a importância da atividade econômica das mulheres e favoreceu o desenvolvimento da sua atividade diplomática.

A partir de 1935, vimos parte das economias africanas, aquelas que conservaram o seu caráter local, igualmente reservarem maior espaço à participação feminina, comparativamente àquelas mais internacionalizadas. Lembramos o papel histórico das africanas, muito amiúde responsáveis pelo encargo da venda do excedente de produtos agrícolas e ativas participantes no processo produtivo das regiões rurais. A internacionalização da produção e do comércio, durante os períodos colonial e pós-colonial, produziu como efeito, tal qual anteriormente aqui indicado, reduzir paulatinamente a influência das mulheres nos processos econômicos. Como dissemos, os africanos a postos nos conselhos administrativos das sociedades multinacionais são, por pouco que não, invariavelmente homens. A internacionalização da economia africana, às épocas colonial e pós-colonial, seguramente traduziu-se até os dias atuais por uma marginalização





FIGURA 30.1 À esquerda: a liberiana Angie Brooks, presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1969-1970. À direita: a princesa Elizabeth Bagaya, ministra das relações exteriores de Uganda, fazendo uso da palavra perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 1974. (Foto: Nations Unies. Photo: T. Chen.)

das mulheres. Durante este período, o pan-africanismo econômico, como meio em favor de uma efetiva colaboração entre os homens e as mulheres da África, foi seriamente posto em causa.

Em contrapartida, desde a conquista da independência, a diplomacia oferece novas possibilidades de carreira, sob a insígnia do pan-africanismo, aos africanos cujo acesso a elevado nível de instrução tenha sido aquiescido. Em setembro de 1969, como visto no primeiro capítulo, a liberiana Angie E. Brooks foi eleita presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas (anteriormente, somente outra mulher ocupara este posto: a indiana Vijaya Laksmī Pandit, irmã de Jawaharlāl Nehru). Angie Brooks foi, em Nova Iorque, a maior expoente da diplomacia africana: o pan-africanismo como união dos africanos, no âmbito da fronteira sexual, somente teria a ganhar com isso.⁸

A embaixadora Angie Brooks, desde anteriormente, abrira mais que uma nova via no curso da sua carreira diplomática; ela fora, notadamente, a primeira

⁸ Este trecho inspirou-se amplamente em uma troca de pontos de vista mantida com Dolores Mortimer, especialista de alto nível, responsável pela gestão de programas de intercâmbio internacional no âmbito educacional junto à United States Information Agency (USIA), em Washington.

mulher a presidir o Conselho de Tutela das Nações Unidas. No momento da sua posse, a Sra. Brooks declarou: "Eu estou orgulhosa do meu continente, do meu país e do meu sexo." Portanto, a autoridade suprema, no seio da Assembleia Geral, durante algum tempo foi exercida por uma africana.

A ugandense Elisabeth Bagaya (outrora princesa de Toro) cumpriu as funções no cargo de embaixadora itinerante de Idi Amin, posteriormente, no transcorrer dos anos 1970, ela desempenhou as funções de ministra das relações exteriores. Entretanto, a princesa Elizabeth era demasiado independente para exercer durante muito tempo tais funções, sob um regime militar a tal ponto inconstante. A sua insubmissão era excessiva, inclusive para permitir-lhe permanecer, de modo duradouro, no cargo de embaixadora nos Estados Unidos da América do Norte, ao final dos anos 1980 e sob o regime do presidente Yoweri Museveni. Ela recusou-se a ser (precipitadamente) enviada a Paris, preferindo demissionar. Elizabeth Bagaya Nyabongo não deixou, contudo e durante alguns anos, de representar o pan-africanismo territorial e intersexual.

Outras ugandenses ocuparam importantes postos diplomáticos, desde Bernadette Olowo, embaixatriz em Bonn, até Anna Amailuk, alta-comissária em Ottawa, passando por Freda Blick, embaixatriz em Paris ao final dos anos 1980. Gana igualmente teve uma embaixatriz em serviço, no corpo diplomático parisiense, tratava-se de Theresa Strictner-Scott. No plano diplomático e na qualidade de representantes africanas no exterior, estas mulheres contribuíram para exteriorizar o pan-africanismo. Algumas igualmente representaram o seu país em outros estados áfricos. A senhora Amailuk, por exemplo, foi embaixatriz de Uganda em Gana.

Os africanos também tiveram a possibilidade de conduzir atividades internacionais de caráter menos oficial, em funções quase diplomáticas. Angie Brooks presidiu desta forma a Federação Internacional das Mulheres Juristas, além de ter sido condecorada por diferentes governos, especialmente do Brasil, da República Federal Alemã, da Iugoslávia, de Camarões e da República Popular da China.

Junto às quenianas, as quais durante muitos anos desempenharam funções quase diplomáticas, podemos citar Margaret Kenyatta e Grace Ogot. Várias mulheres, por outro lado, figuraram como funcionárias e diplomatas de alto-escalão do Ministério das Relações Exteriores do Quênia, elas frequentemente colocaram-se a serviço do conjunto do continente tanto quanto fizeram-no em relação ao seu país africano de origem.

Quando a Zâmbia conquistou a sua independência, no ano de 1964, a zambiana mais em evidência não era uma diplomata, mas a profeta Alice Lenshina,

chefe da Igreja de Lumpa. A sua oposição, ao governo zambiano e ao partido dominante, provocou um grave conflito no país. Entretanto, quer junto às fileiras de Alice Lenshina ou de Kenneth Kaunda, que dirigia o governo da nova Zâmbia independente, esta situação mostrava uma vez mais que a África podia, todavia, produzir dirigentes apaixonadas, capazes de inspirar entre os seus fiéis os maiores atos de coragem e abnegação.

Desde a sua independência, a Zâmbia confiou algumas funções quase diplomáticas a mulheres, notadamente Mutumba Bull, a conjugar a dupla qualidade de personalidade política e científica. À imagem de outras africanas em postos semelhantes, estas mulheres também serviram, a um só tempo, o seu país e o conjunto do continente.

As mulheres de alguns dirigentes africanos, durante este período, tornaram-se conhecidas pela sua própria atividade político-diplomática. Ao longo dos anos 1980, Sally Mugabe dedicou-se a algumas causas humanitárias e internacionais, especialmente relacionadas à proteção da infância, no continente africano. A Sra. Mugabe manteve sucessivas negociações diplomáticas com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), promovendo várias reuniões pan-africanas em Harare, destinadas a tratar a questão das crianças africanas. (A ação diplomática e humanitária da Sra. Mugabe nos traz à lembrança aquela conduzida por Eleanor Roosevelt, tanto antes quanto após a morte do seu marido).

No Egito, Jehan al-Sādāt teve uma atividade diplomática quando vivia o seu marido. Aos olhos dos homens muçulmanos de espírito conservador do Oriente Médio, as suas tomadas de posição e as suas aparições públicas representaram, com maior frequência, uma presença desfavorável. Entretanto, durante algum tempo, ela foi um modelo a seguir, para grande número de mulheres árabes. Após o assassinato do seu marido, em 1981, ela foi relegada ao relativo esquecimento.

No plano político, assim como nas relações entre os sexos , o pan-africanismo tomou, neste período da África Austral, fórmulas particularmente efervescentes. Na República Sul-Africana, durante os anos 1980, Winnie Mandela foi, incontestavelmente e entre todas as raças, a mais ilustre das esposas. Embora, na luta contra o *apartheid*, ela não tenha desempenhado papel diplomático direto, nem exercido função política oficial, ela transformou-se na mais célebre africana da década de 1980. Ela encontrou-se, nesta região do continente, na convergência de muitos processos históricos, bem como de muitas correntes do pan-africanismo. A sua ação não somente voltou-se para as questões raciais, mas, igualmente, dizia respeito às relações entre os sexos e entre as gerações.

Com efeito, em toda a África Austral, era necessário estabelecer laços, não somente entre as raças, assim como entre os sexos e as gerações, em razão das

O horizonte 2000



FIGURA 30.2 À esquerda: a egípcia Jehan al-Sādāt, eminência na luta pelos direitos da mulher. À direita: a sul-africana Winnie Mandela, militante do movimento contra o apartheid, em Joanesburgo, no mês de outubro de 1985. (Foto: Sipa Press, Paris. Keystone, Paris.)

perturbações nas relações entre os homens e as mulheres, causadas pela repressão, pelas guerras de libertação e pelas migrações de trabalhadores. A cólera e o extremismo gerados pelo *apartheid* haviam igualmente agravado o conflito de gerações, entre os mais jovens africanos e os seus anciãos.

A crise que transtornou, ao final dos anos 1980, a vida de Winnie Mandela, situa-se na intersecção destes três conjuntos de relações pan-africanas: entre os sexos, no âmbito racial e aquelas referentes às gerações. Na qualidade de esposa de Nelson Mandela, quem passara mais de um quarto de século encarcerado, ela simbolizava o tributo imposto pela luta política às relações entre os sexos e, pelo seu engajamento na preparação de jovens militantes ao exercício das suas funções sociais, ela havia trabalhado em prol da reaproximação entre as gerações. Contudo, em 1988 e 1989, ela encontrou graves dificuldades, especialmente em virtude das intrigas daqueles mais jovens militantes que ela tentara enquadrar. A mulher que era o mártir do *apartheid*, desde a condenação do seu marido à prisão perpétua, em 1964, a mulher que por longos anos fora exilada e confinada

ao gueto negro, encontrava-se desde logo em meio a ataques e afrontas de alguns círculos, os quais outrora proclamavam-na "a mãe da nação".

A sua história pessoal inscreve-se na história mais geral das relações entre os homens e as mulheres da África Austral. A repressão e a guerra transformaram muitas mulheres em "viúvas da revolução" – viúvas dos mártires em combate pela libertação – ou "viúvas da prisão", para as quais os maridos eram prisioneiros por toda a vida. Em nível internacional, Winnie Mandela era a mais ilustre dentre estas "viúvas da prisão".

Densas tendências sociológicas manifestaram-se nestas circunstâncias. Novas formas de iniciação à condição de guerrilheiro ofereciam-se aos jovens negros da África Austral: muitos adolescentes estavam alistados nas armadas de libertação, assim como dedicavam-se à atividade guerrilheira nos centros urbanos, esta luta sob nova roupagem consistia, mais frequentemente, em desafiar as forças de segurança armadas, durante enfrentamentos de rua. A experiência ensaiada por Winnie Mandela, a saber, a organização de uma equipe de futebol composta por jovens encarregados, entre outras atribuições, de assegurar a sua proteção, poderia ter sido um modelo. Todavia, esta experiência fracassou. A equipe de futebol transformou-se em um bando, dedicado a promover a guerra contra outros bandos juvenis, impondo um termo aos sonhos de Winnie Mandela.

A África Austral igualmente conheceu o estabelecimento de relações particulares entre o sexo e as classes sociais. Nas comunidades mineiras da África do Sul, os homens não tinham o direito de viver com as suas esposas. Como notamos, o apartheid sexual acrescentava-se ao apartheid racial. Vimos que as mulheres permaneciam normalmente nas zonas rurais onde praticavam uma agricultura de subsistência, ao passo que os seus maridos percorriam milhares de quilômetros para encontrarem um trabalho assalariado. Situação originária da formação de um proletariado masculino migrante e de uma categoria camponesa feminina sedentária. Mulher separada do seu marido, pela injustiça de um regime, Winnie Mandela também representava um modelo para as camponesas.

A luta, travada neste período pela reaproximação entre as raças, valeu o Prêmio Nobel da Paz a dois negros sul-africanos, Albert Luthuli e Desmond Tutu. Entretanto, o combate pela reaproximação dos sexos e das gerações não suscitava a concessão de prêmios Nobel. Naquele momento, nem a luta contra o sexismo e, tampouco, a atenuação dos conflitos entre as gerações, haviam entrado no conteúdo da definição de defesa da "paz", tal qual concebida pelo Comitê Nobel. Malgrado o sucesso dos seus esforços pela reaproximação dos sexos e das gerações, Winnie Mandela estava, durante os anos 1980, demasiado envolvida em controvérsias para que lhe fosse possível ser a primeira mulher

a obter um Prêmio Nobel. No entanto, a sua carreira política encontra-se distante do seu final e somente a história um dia julgará a sua contribuição para o pan-africanismo.

Igualmente, cabe ao futuro dizer se a primeira eleição de uma mulher ao posto de Secretário-Geral da Organização pela Unidade Africana *sucederá* ou *antecederá* a chegada ao poder da primeira mulher presidente de um Estado africano⁹.

A educação colonial: a libertação sem o desenvolvimento

A África talvez não presencie esta revolução nas relações entre os sexos, senão após a segunda grande transformação por nós evocada, a saber, a generalização do acesso aos *conhecimentos* especializados. Uma revolução sexual e um revolução científica quiçá atingirão o continente, mas a segunda parece mais próxima que a primeira.

Não se deve esquecer que os savoir-faire introduzidos na África pela colonização apresentam uma ambiguidade histórica fundamental: se, por um lado, eles favoreceram a emancipação, por outra parte, eles mostraram-se profundamente inúteis ao desenvolvimento. As habilidades introduzidas pelos colonizadores relacionavam-se essencialmente com a comunicação; e o domínio das novas fórmulas de comunicação, escrita e oral, efetivamente facilitou a descolonização. Entretanto, os colonizadores não souberam eficazmente transmitir as técnicas de produção. Foi justamente neste sentido que o sistema educacional e de formação, herdado da época colonial, não logrou êxito em promover um verdadeiro desenvolvimento nos "territórios" africanos.

A crise dos anos 1930, a Segunda Guerra Mundial, bem como as suas consequências na Europa, contribuíram, tal como salientamos, para colocar o capitalismo e, finalmente, o imperialismo frente às suas responsabilidades. Foi sobretudo após a Segunda Guerra Mundial que as potências imperialistas começaram a interessar-se pela educação e pela formação dos africanos colonizados. Novas técnicas de comunicação foram então elaboradas. Em 1948, fundou-se o University College da Costa do Ouro, assim como, nesta mesma data, o seu homólogo de Ibadan acolheu os seus primeiros alunos. Em fevereiro de 1948, a Universidade de Lovanium foi criada, por decreto, no Congo belga; entretanto, somente em 1954, os primeiros alunos africanos, em número de trinta, seriam

⁹ A. A. MAZRUI, 1990.

admitidos no curso pré-universitário (não mais que onze seriam aceitos no exame de admissão).

Em Uganda, o University College de Makarere foi fundado ao final de 1949. Centros de pesquisa igualmente surgiram, tal como o Instituto de Oftalmologia Tropical, criado em Bamako, no Sudão francês, em 1953, ou a Organização para a Pesquisa sobre a Alimentação e a Nutrição na África (ORANA), em Dakar. Tais centros de pesquisa podiam contribuir para o desenvolvimento da África e não colocavam em prática simplesmente técnicas de comunicação. No entanto, estudar a nutrição ou a oftalmologia não correspondia ao estudo das técnicas de *produção* e, de todo modo, estas pesquisas não ocupavam senão uma posição muito limitada no âmbito do sistema educativo colonial, o qual, em sua essência, continuava a privilegiar um ensino de perfil literário tradicional.

Os patriotas africanos serviram-se de algumas técnicas comunicativas, ensinadas nas instituições coloniais, para defenderem os seus pontos de vista nas metrópoles e, igualmente, com o intuito de comunicarem-se junto ao restante da comunidade internacional. Como vimos em capítulos precedentes, o conceito de negritude foi forjado por patriotas negros residentes na França, notadamente por Aimé Césaire e Léopold Sédar Senghor. O movimento da negritude teve os seus primórdios no início do período estudado neste volume. Junto aos africanos de língua inglesa, a publicação, em 1938, da obra Au pied du mont Kenya, livro no qual Jomo Kenyatta igualmente toma a defesa da Africa, constitui o equivalente do movimento da negritude, na qualidade de movimento de legitimação cultural. O movimento da negritude e Au pied du mont Kenya expressaram dois importantes aspectos do novo domínio africano em matéria de comunicação, uma comunicação voltada tanto para as metrópoles quanto para o restante do mundo. Esta nova capacidade estava, aqui, posta ao serviço da cruzada pela libertação da Africa. Em 1947, Alioune Diop fundava em Paris o Présence africaine, novo instrumento de comunicação e nova arma no combate em defesa da Africa.

Ao final das contas, a formação oferecida pela educação colonial, direcionada para o domínio da expressão escrita e oral em línguas europeias, prestou-se muito bem a servir a causa da libertação política da África. Não constituiu obra do acaso que os movimentos anticoloniais fossem, em larga escala, dirigidos por patriotas africanos ocidentalizados ou semiocidentalizados. Os pais fundadores das novas nações africanas obtiveram a sua formação, majoritariamente, em escolas missionárias estabelecidas na África ou nos estabelecimentos de ensino superior ocidentais, senão e assaz amiúde, nos dois tipos de instituição. Tal foi o caso dos fundadores e primeiros presidentes de Gana (Nkrumah), do Senegal (Senghor), da Tanzânia (Nyerere), da Nigéria (Azikiwe), da Costa do Marfim

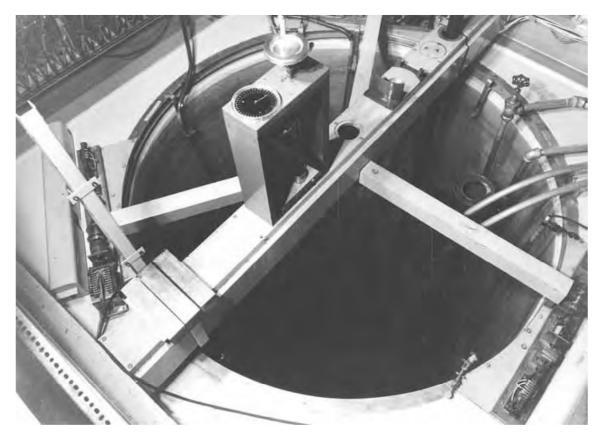


FIGURA 30.3 O reator nuclear Triga (ex-Zaire e atual R. D. do Congo, 1965). (Foto: Atelier Roland Minnaert.)

(Houphouët-Boigny), do Malawi (Banda), do Quênia (Kenyatta), bem como de muitos outros homens de Estado. Evidentemente, embora representassem apenas uma ínfima minoria do total da população continental, os patriotas africanos ocidentalizados encontravam-se na vanguarda da luta pela independência política. Como mostraram os capítulos deste volume consagrados à história política, estes africanos, os quais haviam recebido uma educação ocidental, findaram por eclipsar os dirigentes tradicionais, tomando as rédeas do poder após a partida dos colonizadores. Foi exatamente neste sentido que as técnicas de comunicação, introduzidas na África durante o período colonial, facilitaram a conquista da independência política pelos países do continente.

Entretanto e na realidade, as potências coloniais não lograram formar os africanos para as técnicas produtivas. Sob esta ótica, em que pese toda a sua utilidade durante a fase de libertação política, o sistema colonial de ensino revelou-se incapaz de garantir o desenvolvimento da África. As técnicas agrícolas permanecem, à época e em larga escala, rudimentares, as usinas são obrigadas a importar mesmo um simples parafuso, as barragens encontram-se frequente-

mente deterioradas e as máquinas entram em pane, por falta de peças de reposição. A capacidade da indústria africana em explorar os recursos minerais do continente é derrisória. Inclusive a sua capacidade de *extração* destes minerais, sem recurso ao equipamento, aos conhecimentos e à organização, fornecidos pelo estrangeiro, revela-se espantosamente limitada. A África retira do seu solo recursos minerais que ela raramente sabe transformar, além de importar bens de consumo cuja produção não lhe é facultada.

A conclusão impõe-se: se o colonialismo produziu os seus próprios coveiros, formando uma elite política africana, ele não criou a vanguarda econômica necessária ao desenvolvimento da África. A educação colonial facilitou a realização de um primeiro objetivo, a emancipação dos africanos; contudo a herança colonial não bastaria jamais para assegurar o desenvolvimento do continente. Nos dias atuais, as competências, em matéria de comunicação, devem combinar-se com as capacidades relativas à produção e ao desenvolvimento.

Forma de governo e desenvolvimento

A África entrou na nova era da independência com um atraso ainda mais considerável no tocante às competências, comparativamente ao que ela demonstrou em referência ao aparato produtivo; um abismo separava as suas novas instituições pós-coloniais e a sua capacidade em utilizá-las de modo eficaz.

O seu primeiro *handicap* era o capitalismo claudicante legado pela época colonial. A África contraiu hábitos de consumo do Ocidente, sem todavia assimilar as suas técnicas de produção; ela apreendeu os gostos dos ocidentais, sem contudo adquirir as suas competências; ela urbanizou-se, sem industrializar-se; ela herdou a avidez capitalista, sem aprender a disciplina capitalista. Parafrase-ando o poeta britânico Alexander Pope:

Um pouco de capitalismo representa perigos;

Sugue profundamente ou não beba sequer uma gota

Da fonte ocidental.

A Africa não mergulhou tão profundamente quanto o sudeste asiático na fonte do capitalismo, embora ela ali tenha bebido. Eis o porquê desta trágica consequência: o reino da avidez subsiste sem o contraponto da eficiência.

As instituições políticas legadas pelo colonialismo, o qual abolira ou enfraquecera as instituições autóctones, constituíram o segundo *handicap* da África independente. Paralelamente, os primeiros exércitos africanos permanentes foram providos de armas, produzidas graças a uma tecnologia muito mais avanO horizonte 2000

çada que a tecnologia local. A África conquistou a independência com meios de destruição bem mais consideráveis, comparativamente aos seus meios de produção. Ela permanecia, contudo, amplamente dependente, nestas duas esferas, de modelos externos e de fornecedores estrangeiros. Esta situação alterou totalmente as relações entre civis e militares, além de provocar uma sucessão de golpes e contragolpes de Estado. Em razão do *deficit* de competências técnicas, a militarização não alimentou a sua indústria civil. Não houve simbiose entre a defesa e o desenvolvimento. Excetuando-se o Egito e a República Sul-Africana, nenhum país africano, por pouco que não, possui uma significativa indústria de armamentos. Grande parte dos exércitos africanos importa, integral e não somente, os seus tanques e mísseis mas, inclusive, as suas metralhadoras e os seus cartuchos; em alguns casos, até mesmo os uniformes são importados.

A militarização sem industrialização desestabilizou, simultaneamente, os sistemas econômico e político. O casamento do político e do militar estabeleceu um problema; o divórcio entre a defesa e o desenvolvimento gerou outra contradição. O *deficit* de competências técnicas é enorme em todos os domínios onde reina o subdesenvolvimento político, econômico e técnico.

Esta situação representa particular prejuízo aos direitos humanos. A falência, na quase totalidade do continente áfrico, das instituições liberais importadas do Ocidente, explica-se não somente pela origem estrangeira destas últimas mas, igualmente, em razão da insuficiente incapacidade dos africanos em organizarem partidos políticos disciplinados, empresas produtivas ou sindicatos eficazes. A democracia ocidental, não teria sido *imposta* à África tal como ocorrido no Japão? Os norte-americanos impuseram-na ao Japão em menos de dez anos; os africanos sofreram durante muito maior lapso de tempo com a tutela colonial. E, no entanto, as instituições ocidentais fincaram as suas raízes no solo estrangeiro nipônico, embora não tenham sobrevivido, senão às duras penas, nas forâneas terras áfricas. Esta diferença poderia ser o produto do maior desenvolvimento das capacidades de organização e das bases econômicas capitalistas no Japão, comparativamente ao que se processou na África.

Após a conquista da independência pela África, as relações entre as modalidades de governo e as perspectivas de desenvolvimento econômico variaram em função dos seguintes e correlatos fatores: a *dimensão* do setor público, o *papel* do Estado, a *eficácia* dos poderes públicos, bem como a representatividade e a equidade (a *legitimidade*) do governo.

O primeiro fator diz respeito não somente à dimensão do corpo administrativo propriamente dito, mas, igualmente, àquela dos organismos paraestatais. O segundo fator refere-se ao papel do Estado na economia, assim como à natureza

das suas funções. O terceiro fator relaciona-se à competência dos funcionários, à eficácia, e também à maior ou menor racionalidade do comportamento nos poderes públicos. O quarto fator reporta-se ao caráter democrático e representativo do governo ou à ausência de democracia e de representatividade.

Faz-se mister relembrar que, na África pós-colonial, a representatividade mede-se, frequentemente, segundo critérios *étnicos* e não eleitorais. A aritmética da representação étnica contribui, muito amiúde, para contemplar os membros dos diferentes grupos étnicos, sejam eles ou não agentes ou beneficiários do regime político. Os governos são considerados mais ou menos representativos na justa medida de sua composição étnica, aquela da população. Na Nigéria, desde a guerra civil, este princípio de representatividade é habitualmente citado sob a nomenclatura "caráter federal" da nação.

A dinâmica da representatividade étnica teve tendência a aumentar as proporções dos organismos governamentais e administrativos, além de ter ocorrido um "inchaço" nos efetivos da função pública e dos serviços paraestatais, com vistas a assegurar o sutil equilíbrio exigido pela aritmética da representação étnica.

A insensibilidade *face* à necessidade de um equilíbrio étnico pode, inversamente, constituir um fator de desestabilização. Em países como a Nigéria ou Uganda, a ausência de representatividade étnica correspondeu, muito amiúde, a um maior risco político, comparativamente à ausência de representatividade eleitoral. A aritmética da representação étnica revelou-se uma equação frequentemente mais complexa, se cotejada a um escrutínio classicamente concebido.

Do ponto de vista da eficácia da ação pública, um dos principais dilemas da África pós-colonial concerne às relações entre a liberalização econômica e a liberalização política. Em alguns países, o pluralismo político tendeu a desestabilizar a economia. Na Nigéria, sob o presidente Shehu Shagari (1979-1983), a abertura política e o pluripartidarismo foram acompanhados por uma profunda anarquia econômica. Gana, sob Hilla Limann, e o Sudão, sob Sadiq al-Mahdī, igualmente conheceram esta combinação entre abertura política e caos econômico. (O sul do Sudão, região desprovida de qualquer liberdade política e de toda proteção econômica, foi devastado política e economicamente).

Estes países estavam submetidos a um verdadeiro dilema moral. O pluralismo político corria o risco de provocar o declínio econômico. Em última análise, a escolha era, por vezes, dolorosa: liberdade política ou desenvolvimento econômico, jamais as duas opções simultaneamente. Diante deste quadro, o que deveriam fazer os doadores e as instituições internacionais? Organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, poderiam eles realmente preferir regimes militares tais como aqueles de Ibrahim Babangida ou de Jerry

Rawlings, em detrimento a regimes democraticamente eleitos como aqueles de Shagari, Limann ou al-Mahdī?

Correríamos nós o risco de presenciar, ao longo dos anos 1990, a promoção do liberalismo econômico, por parte das organizações externas, em detrimento do liberalismo político? Este encorajamento concedido a regimes militares, não poderia ele ser implícito e, eventualmente, quase inconsciente?

Posteriormente à conquista da independência pela África, a corrupção no exercício do poder político, eventualmente, tomou a forma de uma *privatização do Estado*. Houve privatização em proveito de uma etnia, quando a despeito do princípio da representatividade étnica, um grupo étnico particular monopolizou as iniciativas públicas ou deteve parte considerável destas últimas, à imagem do realizado pelos nubi em Uganda, sob Idi Amin.

Houve privatização em proveito de uma dinastia, quando um indivíduo e o seu mais estreito círculo familiar monopolizaram os recursos e os símbolos do Estado, à imagem do imperador da África Central, Jean-Bedel Bokassa, quem literalmente ensaiou fundar uma dinastia.

Em meio a uma confusão generalizada, houve privatização anárquica quando a busca desenfreada, por privilégios e lucros, provocou a dissipação do poder de ação e da riqueza na esfera pública. A Nigéria, sob Shehu Shagari e sobretudo após 1981, foi a imagem desta privatização anárquica.

No domínio *político*, os piores males que ameaçam a África, desde a sua conquista da independência, são a tirania, por um lado, e a anarquia, por outro. A tirania é o excesso de governo, a anarquia configura a insuficiência de governo. A tendência à tirania traduziu-se, com frequência, em uma centralização da violência; a tendência à anarquia foi essencialmente representada por uma descentralização da violência, atingindo o extremo de confrontar vizinhos, uns contra os outros.

No domínio *econômico*, os piores males que pairam sobre a África são a dependência e o declínio. A dependência representa uma diminuição nas capacidades de autonomia; o declínio consiste em uma redução nas capacidades de desenvolvimento.

A crise do sistema de governo, na África, está ligada ao emaranhado formado pelos males políticos (tirania, anarquia) e os males econômicos (dependência, declínio). Como sair disso? Falta-nos desenvolver múltiplas competências, em meio a estas capacitações, devemos precisamente enfatizar aquelas que nos permitam resolver esta crise fundamental, relativa ao sistema de governo.



FIGURA 30.4 A desertificação do Sahel. (Foto: UNESCO/MAB.)

Os africanos não têm nenhuma necessidade de copiar as instituições liberais do Ocidente para conciliar a estabilidade e a equidade. Entretanto, eles devem adquirir a capacidade de defender os seus direitos, inclusive contra os seus governos, e dotarem-se das organizações necessárias para travar este combate. Os dirigentes tendem invariavelmente a sucumbir à arbitrariedade, quando não existe contra-poder organizado capaz de opor-se aos seus excessos. O deficit de competências é uma das causas da violação permanente dos direitos humanos na África. O exército formado por Museveni em Uganda, durante os anos 1980, foi a primeira organização militar criada por civis para lutar contra um regime antidemocrático na África. Contudo, faltava resolver imensos problemas. Todavia, a estabilidade e a equidade não estavam asseguradas.



FIGURA 30.5 O desmatamento da África. (Foto: UNESCO/MAB.)

População e ecossistema

Os problemas africanos, nas décadas vindouras, não se reduzirão à busca da estabilidade política e de uma economia viável. A própria *ecologia* da África está ameaçada; o desmatamento e a desertificação estão em vias de tornar inabitável grande parte da África. O problema deriva, por um lado, da fraca capacidade de planejamento dos países africanos, em seu conjunto. Embora a maioria dos governos africanos seja partidária dos planos de desenvolvimento nacional, estes países não lograram aplicá-los. As florestas são progressivamente destruídas sem qualquer esforço de reflorestamento. Grupos econômicos franceses e libaneses devastaram a floresta tropical úmida da Costa do Marfim, contando com a aquiescência da classe dirigente local. Não há nenhuma preocupação em respeito aos danos causados ao ambiente, nem a cerca da necessidade de reflorestamento com vistas a reparar estes danos. O Senegal, após consideráveis prejuízos ao ambiente, pôs em marcha um modesto programa de reflorestamento. As capacidades de planejamento da África ainda não estão à altura das suas necessidades, em matéria de proteção do ecossistema.

O deficit de competências estende-se à utilização da madeira de aquecimento, a mais antiga fonte de energia empregada pelo homem permanece como o principal recurso energético nos campos africanos. Os habitantes das regiões rurais devem, atualmente, aprender a economizar. Modificações relativamente simples, introduzidas nos métodos de cocção dos alimentos, bem como um aperfeiçoamento dos métodos de combustão, poderiam reduzir sensivelmente o consumo de lenha, o que talvez permitisse desacelerar ou mesmo interromper o desmatamento e a desertificação, em algumas regiões do continente.

Aquelas sociedades nas quais os bovinos, os caprinos ou os camelos possuem grande valor cultural, devem resolver um problema suplementar: elas estão obrigadas a tornar proporcional o tamanho dos seus rebanhos e os pastos disponíveis. As autoridades tiveram dificuldades em convencer os criadores acerca do risco representado pela criação de número exageradamente elevado de animais, volume passível de comprometer o ecossistema e causar a destruição das pastagens. Animais em *demasia*, capacidades *insuficientes*: a associação entre este excedente e este *deficit* revelou-se frequentemente fatal.

O que dizer, por outro lado, do conceito moralmente duvidoso relativo ao "excedente demográfico", em um continente que padece de um deficit de competências? O problema do crescimento demográfico agravou-se, também ele, em razão da insuficiente capacidade de planejamento. A África produziria mais seres humanos, comparativamente aos que ela estaria apta a alimentar? Embora os anos 1980 nos tenham oferecido indicadores contraditórios no tocante às relações entre a produção de subsistência na África e o crescimento populacional no continente, o risco de uma diminuição da produção per capita persiste. Teria sido necessário aumentar a produção de subsistência ou reduzir o crescimento demográfico. Ambas as ações exigiriam competências específicas. A questão da produção de subsistência foi abordada em vários capítulos deste volume. Mas, o que dizer sobre o crescimento demográfico?

No transcorrer dos anos 1980, nasceram mais crianças na África que em qualquer outra região do globo. A África negra conheceu, neste período, a mais elevada taxa de crescimento demográfico de toda a história humana, índice este que não interromperia a sua elevação (tabela 30.1). A taxa anual era de 2,5%, entre 1960 e 1970, elevou-se para 2,7%, entre 1970 e 1980, atingindo 3,1%, entre 1980 e 1986; estimava-se que ela alcançaria 3,2% em 1989. No Quênia, por exemplo, a taxa anual de crescimento demográfico ultrapassava 4%.

O amor da África pelas suas crianças sempre foi glorificado, mas este sentimento igualmente encontra-se à origem da tragédia atualmente vivida pelo continente. No curso dos anos 1980, pesquisas demonstraram que os africanos

desejavam famílias ainda mais numerosas, comparativamente às já elevadas proporções em vigor, desde anteriormente. As mulheres desejavam em média ao menos seis crianças. Em 1988, as quenianas pretendiam ter oito filhos. O número de filhos desejados no conjunto da África variava entre cinco (Gana) e nove (Mauritânia).

Este amor pelas crianças explica-se, especialmente, pela concepção africana da *imortalidade*, esta última compreendida não simplesmente como uma ida aos céus, mas, em igual medida, como a capacidade de transmissão do seu sangue aos vivos, para que ele corra em suas veias. Em termos modernos e segundo esta concepção, uma pessoa não é considerada realmente morta, enquanto os seus genes continuarem vivos em seus descendentes. William Wordsworth aproximou-se desta concepção africana ao escrever:

Oh alegria! A vida sobrevive nas cinzas, A Natureza ainda se recorda Deste que foi tão fugidio ¹⁰.

Em virtude da forte mortalidade infantil, durante os anos 1980, as mulheres africanas deram à luz a seis crianças, para terem certeza que ao menos quatro sobreviveriam. Em muitas comunidades africanas, a morte é um visitante muito mais familiar que o médico, por conseguinte, levar em conta o possível falecimento das crianças, em seus primeiros anos de vida, constitui desde logo um planejamento familiar.

A África necessita, portanto e sobretudo, não de um controle de natalidade mas, de um *controle dos óbitos*; ela deve aprender não somente como ter menos bebês mas, outrossim, como alcançar a sobrevivência de maior número de crianças. O controle da mortalidade produz, primeira e normalmente, um aumento nas taxas de crescimento demográfico; entretanto, após certo tempo, os pais estão, em princípio, suficientemente seguros e aceitam gerar menos filhos. Ao final dos anos 1980, esta transição demográfica ainda não se produzira na África.

Três tipos de situação, cada qual comportando uma dimensão agonística – positiva ou negativa –, concerniram estas crianças ao longo da recente história africana: os conflitos entre grupos humanos (notadamente os conflitos entre grupos étnicos); o confronto dos homens com o seu ecossistema ("guerra ecológica"); a luta contra a ignorância e a pobreza (campanhas visando melhorar o nível de vida da população e garantir ao menos a satisfação das suas necessidades essenciais).

¹⁰ W. WORDSWORTH, Intimations of Immortality from Reccollections of Early Chilhood.

Os conflitos entre grupos étnicos, no contexto de guerras civis ou de libertação, deixaram atrás de si crianças órfãs, ao menos de um dos pais, as quais foram obrigadas a abandonar a sua comunidade de origem: trata-se das *crianças da guerra*. A imagem clássica dos campos de refugiados ilustra, à perfeição, as privações impostas a estas crianças.

Em sua luta, primordial, com as forças da natureza, os homens africanos viram, no transcorrer deste período, a natureza debochar muito cruelmente de si, pois ela provocou, sucessivamente e de modo especialmente destrutivo, as grandes inundações e secas. Estas catástrofes naturais afligiram, a um só tempo, adultos e crianças.

O terceiro tipo de situação, a afetar as crianças africanas, foi o combate travado contra a ignorância e a pobreza. Intervenções simples, tal como a reidratação das crianças ou a ingestão de sais minerais, lograram por vezes salvar um milhão de vidas na África. As campanhas de vacinação infantil, realizadas nos anos 1980, pela UNICEF e pela Organização Mundial de Saúde, diminuíram a mortalidade em algumas comunidades. Ações educacionais em respeito à nutrição igualmente permitiram um recuo da mortalidade.

É possível depreender fenômenos de interação destes três tipos de situação, por exemplo, a luta *contra* a ignorância em matéria de erosão dos solos consistiria essencialmente em uma luta *pela* conservação dos solos e pela preservação do ecossistema, por sua vez, os conflitos entre grupos étnicos teriam como efeitos o simultâneo agravamento da pobreza e a deterioração do ecossistema.

Como, os africanos instruídos intervieram nestas situações? Qual teria sido o papel dos artistas, dos educadores e dos intelectuais? Cabia-lhes executar um trabalho de educação e de mobilização. Eles deviam participar da educação pública e da formação dos dirigentes, além de, igualmente, ser da sua incumbência promover o entusiasmo e o engajamento, em favor das políticas adequadas para a proteção ou a ajuda às crianças. Contudo e primeiramente, era necessário mobilizar estes agentes de mobilização, educar estes educadores. Era fundamental que os artistas, os professores e os intelectuais alcançassem, em profundidade e de fato, problemas que afligem os filhos da guerra, as vítimas das catástrofes naturais e os deserdados. Eis ao que se dedica a UNICEF, desde meados dos anos 1980, tentando conduzir os artistas, os intelectuais e outros africanos instruídos a uma cruzada para salvar as crianças do continente.

Mas, como realmente fazer decair a taxa de mortalidade infantil? Malgrado as demonstrações da UNICEF, provas cabais do quão relativamente limitadas deveriam ser as competências para a aplicação de alguns métodos, estas ações, todavia, não haviam sido postas em prática ao final do nosso período. Dez

O horizonte 2000

TABELA 30.1 POPULAÇÃO DA ÁFRICA, 1950-2025 (EM MILHARES).

	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985
África	221984	247954	279316	317056	361788	413298	477232	552884
África Aus- tral	15736	17639	19832	22623	25581	28866	32379	36372
África do Sul	13683	15385	17396	16832	22458	25301	28270	31569
Botsuana	389	433	481	549	623	755	902	1083
Lesoto	734	794	870	936	1064	1187	1339	1538
Namíbia Suazilândia	666 264	736 291	817 326	910 370	1016 419	1141 482	1306 563	1518 664
Guazmandia	204	2/1	320	370	717	702	303	004
África Cen- tral	26316	287921	31811	35343	39599	45243	52183	60209
Amarala	4131	4437	4816	5180	5588	6520	7723	8754
Angola Camarões	4467	4843	5297	5874	6610	7520	8653	10051
Congo	808	889	988	1111	1263	1447	1669	1939
Gabão	469	477	486	495	504	637	806	985
Guiné Equa- torial	226	238	252	270	291	225	217	312
República Centro-	1314	1414	1564	1677	1849	2057	2320	2646
Africana					73			
São Tomé e Príncipe	60	62	64	68		81	94	107
Chade ¹	2658	2838	3064	3334	3652	4030	4477	5018
Zaire	12184	13595	15310	17335	19769	22726	26225	30398
África Oci- dental	63150	70754	80173	91628	105202	121715	141258	165
Benin	2046	2111	2237	2430	2693	3033	3459	3985
Burkina Fasso	3654	4012	4452	4961	5550	6202	6957	7877
Cabo Verde	146	169	196	229	267	278	289	324
Costa do Marfim	2775	3221	3799	4527	5515	6755	8194	9933
Gâmbia	294	313	352	404	464	548	641	745
Gana	4900	5759	6774	7828	8612	9831	10736	12839
Guiné	2550	2826	2136	3488	3900	4149	4461	4982
Guiné Bis- sau	505	522	542	524	525	627	795	873
Libéria	824	914	1039	1195	1385	1609	1876	2199
Mali	3520	3911	4375	4922	5484	6169	6863	7915
Mauritânia	825	901	991	1096	1221	1371	1551	1766
Níger	2400	2689	3028	3660	4165	4771	5586	6608
Nigéria	32935	37094	42305	48676	56581	66346	78430	92016
Santa Helena	5	5	5	5	5	5	5	6
	2500	2811	3187	3626	4158	4806	5538	6375
Senegal								
Senegal Serra Leoa Togo	1944 1329	2081 1414	2241 1514	2429 1627	2656 2020	2931 2285	3623 2615	3665 3028

	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985
África	642111	746819	866585	1001349	1148474	1301371	145067	1596855
África Austral	40928	45972	51416	57168	63108	69074	74821	801336
África do Sul	35282	39348	43666	48139	52662	57150	61446	65363
Botsuana	1304	1549	1822	2124	2451	2779	3095	
Lesoto	1774	2053	2370	2731	3138	3579	4013	4427
Namíbia	1781	2079	2437	2847	3303	3776	4245	4698
Suazilândia	788	943	1121	1326	1554	1790	2023	2249
África Central	70054	81933	95981	112344	13958	151395	172266	192342
Angola	10020	11531	13295	15317	17561	20004	22438	24731
Camarões	11833	14037	16701	19897	23665	27893	32264	36547
Congo	2271	2678	3167	3746	4406	5130	5860	6547
Gabão _	1172	1382	1612	1827	2052	2309	2594	2875
Guiné Equa- torial	352	400	455	519	592	671	752	828
República Centro- Africana	3039	3511	4074	4740	5497	6325	7154	7947
São Tomé e Príncipe	121	135	151	167	184	201	219	235
Chade	5678	6447	7337	8352	9491	10728	12013	13245
Zaire	35568	41813	49190	57780	67509	78135	88972	99366
África Oci- dental	193702	227426	266645	311360	360430	410942	460383	507455
Benin	4630	5421	1\6369	7486	8745	10065	11369	12587
Burkina Fasso	8996	10396	12092	14080	16349	18822	21327	23710
Cabo Verde	370	438	515	595	676	757	841	922
Costa do Marfim	11997	14535	17600	21218	25503	30069	34776	39334
Gâmbia	861	984	1119	1271	1434	1593	1736	1864
Gana	15028	17608	20564	23845	26931	29884	32708	35442
Guiné	5755	6700	7830	9162	10667	12252	13820	15273
Guiné Bis- sau	964	1073	1197	1338	1491	1649	1791	1918
Libéria	2575	3032	3575	4207	4921	5689	2477	7245
Mali	9214	10799	12685	14885	17350	19918	22439	24774
Mauritânia	2024	2335	2702	3129	3612	4129	4542	5119
Níger	7731	9104	10752	12694	14884	17167	19406	21482
Nigéria	108542	127694	149621	174307	201266	228753	255393	280890
Santa Helena	7	8	10	11	13	15	17	19
Senegal	7327	8423	9716	11172	12730	14269	15685	16988
Serra Leoa	4151	4740	5437	6250	7172	8161	9139	10045
Togo	3531	4138	4861	5711	6687	7750	8821	9842

	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985
África Oriental	64984	72774	82326	94165	108228	123675	144172	167815
Burundi	2456	2691	2948	3224	3522	3680	4132	4731
Comores	173	114	215	240	274	320	392	463
Jibuti	60	69	80	114	168	243	304	354
Etiópia	19573	21680	24191	27150	30623	34309	38750	43083
Quênia	6265	7189	8332	9749	11498	13741	16632	20096
Madagascar	4230	4718	5309	6016	6742	7595	8785	10237
Maláui	2881	3169	3529	3975	4518	5244	6183	7340
Maurício	493	571	660	753	826	892	966	1020
Moçambique	6198	6744	7461	8338	9395	10498	12095	13711
Uganda	4762	5556	6562	8047	9506	11183	13120	15647
República Unida da Tanzânia	7886	8803	10026	11586	13513	15900	18867	22748
Reunião	257	293	339	393	441	484	508	547
Ruanda	2120	2391	2742	3183	3728	4384	5163	6102
Seychelles	34	38	42	47	53	59	63	65
Somália	2423	2657	2935	3627	3668	4156	5345	6370
Territórios britânicos do Oceano Índico	2	2	2	2	2	2	2	2
Zâmbia	2440	2753	3141	3614	4189	4841	5738	7006
Zimbábue	2730	3257	3812	4466	5260	6143	7126	8292
África Setentrional	51798	57994	65115	73297	83158	93799	107240	123348
Argélia	8753	9715	10800	73297	13746	16018	18740	21788
Egito	20330	22990	25922	11923	33053	36289	40875	46511
República Árabe Líbia	1029	1126	1349	29389	1986	2446	3043	3786
Marrocos	8953	10132	11626	13323	15310	17305	19832	3786
Saara Oci- dental	14	21	32	50	76	117	135	155
Sudão	9190	10150	11165	12359	13859	16012	18681	21822
Tunísia	3530	3860	4221	4630	5127	5611	6384	726

	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985
África Oriental	196873	232243	273594	321148	374399	431034	487868	542536
Burundi Comores Jibuti Etiópia Quênia Madagascar Maláui Maurício Moçambique Uganda República	5472 550 409 49240 24031 12004 8754 1082 15656 18794 27318	6362 658 474 57140 28978 14113 10494 1142 17922 22666 32971	7358 789 552 66364 35060 16627 12458 1201 20493 26958 39639	8469 945 644 79961 42389 19529 14654 1258 23365 31730 47460	9657 1123 748 88889 50905 22827 17104 1309 26456 36982 56333	10841 1315 862 101753 60071 26476 19701 1354 29592 42561 65845	11950 1510 979 114313 69799 30272 22278 1391 32593 48101 75485	12976 1697 1094 126618 79113 34014 24730 1419 35416 53144 84917
Unida da Tanzânia Reunião Ruanda Seychelles Somália Territórios britânicos do Oceano	598 7237 69 7497 2	647 8602 72 8441 2	692 10200 75 9736 2	735 11973 78 11312 2	777 13791 80 13114 2	817 15511 82 15035 2	855 17196 83 16905 2	889 18847 84 18701 2
Indico Zâmbia Zimbábue	8452 9709	10222 11340	12267 13123	14632 15012	17328 16974	20264 18951	23286 20870	26620 22616
África Setentrional	140553	159245	178949	199330	219580	238925	256728	274390
Argélia Egito República Árabe Líbia	24960 52426 4545	28704 58388 5446	32904 64210 6500	37286 70099 7695	41510 75746 8976	45279 81050 10276	48484 85768 11567	51950 90355 12841
Marrocos Saara Oci- dental Sudão	25061 178 25203	28301 202 29128	31559 228 33625	34648 254 38647	37586 280 44017	40408 308 49416	43022 335 54627	45647 362 59605
Tunísia	8180	9076	9924	10702	11464	12188	12925	13630

[Fonte: United Nations (1990) World Population Prospects, ST/ESA/SER. A/120.]

milhões de recém-nascidos morreram de diarreia na África durante a época colonial e pós-colonial. Métodos simples, de reidratação e de aporte de sais minerais, poderiam ter salvo a maior parte destas crianças. Certas organizações não africanas, em posse das competências requeridas, começam a distribuir, às mães das zonas rurais, *kits* de emergência contendo água potável e sais minerais. A boa qualidade da água é, sem dúvida, uma das importantes condições para a redução da mortalidade infantil, assim como o abastecimento em água potável consiste em uma ação pública que merece toda a atenção dos governos africanos e dos organismos internacionais.

A vacinação contra as outras doenças, as quais dizimam os recém-nascidos, poderia melhorar consideravelmente as chances de sobrevivência das crianças africanas. Campanhas de vacinação realizadas em larga escala poderiam rapidamente eliminar flagelos, tais como a difteria, a coqueluche, a rubéola ou a febre tifoide. Países como o Burkina Fasso lançaram-se em tais programas.

Entretanto, outra doença apareceu durante o período estudado neste volume, provavelmente a mais grave, até os dias atuais, a atingir o gênero humano. Perante esta moléstia, denominada pelos ocidentais síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA/AIDS), as competências do Ocidente revelam-se tão insuficientes quanto aquelas próprias à África.

Esta doença, essencialmente pertencente ao último quarto do século XX, desafiou, no imediato, todas as leis da luta de classe internacional e da partilha mundial das riquezas, atingindo indiscriminadamente ricos e pobres. As primeiras vítimas foram, efetiva e principalmente, os habitantes das maiores cidades norte-americanas, como Nova Iorque ou São Francisco, bem como os africanos das regiões mais pobres do continente. Pela primeira vez neste período da história, o Ocidente sofre tanto quanto a África de um *deficit* de competências, restando aos médicos ocidentais uma ignorância, neste âmbito, semelhante àquela dos seus consortes áfricos.

Todavia, esta ignorância brevemente compartilhada não deveria, junto a nós, dissimular a distância que separa aqueles conquistadores da Lua daqueles que padecem nas comunidades. O *deficit* de competências não se reduz somente a um problema de fundamental importância no tocante à elaboração das políticas estatais africanas. Ele determina a oposição Norte-Sul, a hierarquização do sistema mundial e a sua divisão em países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Este é o fardo da humanidade na época atual.

Conclusão

Entre 1935 e os dias de hoje, a África passou da idade do colonialismo para a nova era da independência. Nós demonstramos, anteriormente, como este curto período da história do continente articulava-se, em uma década de conflito mundial (1935-1945) e durante um decênio e meio de luta redobrada contra o colonialismo (1945-1960), combate este desdobrado na brilhante, embora incerta, aurora da independência, terceira fase dominada pela luta em prol do desenvolvimento, no curso da qual a África foi obrigada a enfrentar inumeráveis problemas.

Uma perigosa tentação surge para o historiador, relativa a suscitar um suporte, derivado do seu conhecimento sobre o passado, com vistas a tentar compreender o presente e discernir as prováveis futuras tendências. O período examinado neste volume acompanhou o advento das maiores revoluções técnicas da história humana, revoluções que permitiram, notadamente, o início da viagem espacial. Enquanto a África rumava para a independência, outros pisavam em solo lunar.

Assinalamos neste volume, assim como nos precedentes, as contribuições áfricas para a história da ciência. A colonização, antes e sobretudo, interrompeu o desenvolvimento técnico da África, comparativamente ao que ela teria facilitado. A Europa "subdesenvolveu" a África, segundo a expressão de Walter Rodney¹¹, os europeus não transmitiam aos africanos senão competências concernentes à expressão escrita e oral, técnicas de comunicação, mas não um *savoir-faire* em matéria de produção e desenvolvimento.

Mas os africanos souberam fazer o melhor uso possível deste saber. Em que pesem os seus limites. Demonstramos como as elites africanas, formadas com base em uma educação ocidental, empregaram estas novas técnicas comunicativas para mobilizar os seus compatriotas, dividir a opinião pública das metrópoles, fortalecer os laços com o conjunto da comunidade internacional, convencendo esta última em respeito ao bom e legítimo fundamento das aspirações da África. O combate continua com o objetivo de melhorar os sistemas políticos, salvaguardar o ecossistema, garantir o desenvolvimento e proteger as crianças africanas. No entanto, numerosas fontes de tensão subsistem.

Para que a situação da Africa se transforme radicalmente, far-se-ia mister, em particular, operar uma mudança social nas relações entre os sexos e uma modificação do paradigma das relações do homem com o seu ecossistema. A

¹¹ W. RODNEY, 1981.

África deve promover a convergência da tradição, da qual as relações entre os sexos constituem o mais antigo fundamento, com a modernidade, baseada na ciência. Para lograr êxito, falta-lhe conciliar uma revolução nas relações humanas (entre homens e mulheres) e uma revolução na atividade humana (competências e valores). Quiçá, as futuras gerações reconhecerão que o período atual, iniciado em 1935, muito bem preparou o continente áfrico para esta dupla transformação.